

ENTRE LÍTICOS, FUSOS E TEMBETÁS: UM RELATO DA CATALOGAÇÃO DO ACERVO DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

AMONG LITHICS, SPINDLES AND TEMBETÁS: A REPORT ON THE CATALOGING OF THE COLLECTION AT THE ARCHAEOLOGY LABORATORY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF AMAZONAS.



GABRIEL DAVID RAMOS BOTELHO¹

Resumo

A Amazônia é um território de grandes dimensões e uma vasta história. Uma das formas de se conhecer o passado dessa região é através da Arqueologia. Escavações realizadas em diversas partes da região revelam um cenário de extensa ocupação ao longo de toda a Planície Amazônica. Estas escavações resultaram em uma incontável quantidade de material arqueológico, que variam desde fragmentos cerâmicos até urnas funerárias inteiras. Diante desse horizonte se fez necessário criar espaços para acondicionamento e guarda deste material e um destes espaços é o Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo deste artigo é expor o trabalho de iniciação científica relacionado ao depósito de informações do acervo no banco de dados do Laboratório.

Palavras-chaves: Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico; banco de dados; arqueologia; acervos.

Abstract

The Amazon is a territory of great dimensions and a vast history. One way to understand the past of this region is through Archaeology. Excavations carried out in various parts of the area reveal a scenario of extensive occupation throughout the Amazon Plain. These excavations have resulted in an immeasurable amount of archaeological material, ranging from ceramic fragments to entire funerary urns. With this in mind, it became necessary to create spaces for the storage and preservation of this material, and one of these spaces is the Archaeology Laboratory of the Amazonic Museum of the Federal University of Amazonas (UFAM). The objective of this article is to present the work of scientific initiation related to the deposition of collection information in the database of the Laboratory.

Keywords: Archaeology Laboratory of the Amazonic Museum; database; archaeology; collections.

¹ Acadêmico finalista do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisador no campo de Arqueologia da Amazônia. E-mail para contato: gabriel.botelho@ufam.edu.br



Introdução

A Floresta Amazônica é um dos locais com os mais antigos indícios de ocupação humana no Brasil. Estimativas apontam que esta ocupação ocorra continuamente a mais de 10 mil anos. Atualmente, apenas uma pequena parcela dos vestígios dessa ocupação é conhecida, em virtude dos fatores morfoclimáticos da região. A perecibilidade do material arqueológico é alta, impossibilitando a preservação de boa parte deste.

Os primeiros habitantes da Amazônia provavelmente utilizavam uma série de matérias-primas diferentes para produzir seus artefatos e organizar seus modos de vida, mas, devido às condições de preservação normalmente desfavoráveis a materiais orgânicos, o que resta desses conjuntos são instrumentos de pedra. (Neves, 2006, p. 25).

Ainda que as condições ambientais sejam adversas, os sítios arqueológicos trazem informações fundamentais para entender essa ocupação. Moraes (2015) aponta que grandes contingentes populacionais deixaram vestígios de sua ocupação por toda a região, como objetos cerâmicos ou instrumentos líticos. Apesar do protagonismo destes fragmentos, a terra também revela informações sobre as populações que ocupavam a Amazônia. De acordo com Lima (2014) a chamada terra preta antropogênica² – rica em matéria orgânica, como sementes, ossos ou carvão – é um indício da sedentarização da população e da relação com o lugar em que viveram. A análise da terra, o estudo dos fragmentos e até mesmo da paisagem são o reflexo de como os sítios arqueológicos permitem compreender as dinâmicas populacionais da Amazônia pré-colombiana.

Segundo informações do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), existem 5.894 sítios arqueológicos na região Norte, sendo 831 no Amazonas³.

No Estado, uma das principais instituições com acervo arqueológico é a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por meio do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, parte da divisão de arqueologia deste museu, órgão suplementar subordinado à universidade. O laboratório conta com uma reserva técnica com aproximadamente 30 toneladas⁴ de material arqueológico, além de uma sala de exposição. A origem do material existente no laboratório é resultado de pesquisas em sítios e licenciamentos ambientais para a execução de obras no Estado. Essa quantidade de material, conforme Afonso, Piedade e Moraes (1999), é um problema enfrentado por

²Também chamada de terra preta de índio (TPI).

³Dados correspondentes a última atualização do portal eletrônico do IPHAN em 16 de maio de 2023. <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos>. Acesso em 6 de junho de 2023.

⁴Informação que consta no Plano Museológico do Museu Amazônico, ver página 25.



muitos museus de Arqueologia, visto que além da academia, a arqueologia contratual⁵ tem proporcionado uma demanda muito grande para o armazenamento e a salvaguarda de bens arqueológicos. Costa e Fernandes (2020) expõem que o desenvolvimento da arqueologia contratual acarretou um contínuo processo de crescimento exponencial de acervos arqueológicos, demandando infraestrutura adequada e profissionais capacitados em instituições de salvaguarda. Conforme Bruno et al. (2020) a intensificação da participação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental, a partir de 2002, aumentou expressivamente os trabalhos de arqueologia preventiva e fomentou o crescimento acelerado dos demais acervos⁶.

No Brasil, segundo o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP), existem 290 instituições capacitadas para a salvaguarda de material arqueológico; contudo, apenas 233 são destinadas ao acolhimento de bens. Em uma perspectiva mais local, no Amazonas, além do referido laboratório, existem outras quatro instituições de guarda e pesquisa (IGPs) de bens arqueológicos aptas para o acondicionamento: o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé), o Laboratório de Arqueologia Alfredo de Mendonça Souza (Manaus), o Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (Manaus) e a Prefeitura Municipal de Itacoatiara⁷. Para garantir a preservação e a manutenção desse acervo, é imprescindível a existência de uma política de acervo. Conforme Paula, Saladino e Soares (2020), independente da tipologia do acervo sob custódia, as instituições devem prezar por uma gestão eficaz dos mesmos, levando em conta as suas singularidades.

Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de investigação do acervo e os caminhos que devem ser tomados para a sua preservação (Padilha, 2014, p. 26).

⁵ O termo arqueologia contratual também pode ser encontrado nas formas “arqueologia consultiva” ou “arqueologia preventiva”.

⁶ Segundo o Banco de Portarias de Arqueologia do IPHAN, no espaço de dez anos, entre 1991 e 2001, foram desenvolvidas 121 pesquisas acadêmicas e 207 pesquisas de arqueologia preventiva. No mesmo espaço de tempo, de 2002 até 2012, o número de pesquisas acadêmicas se manteve equilibrado, tendo sido autorizados 152 projetos. Já a arqueologia preventiva teve um aumento de mais de 2.000%, pulando para 4.424 autorizações. No primeiro recorte outras 70 pesquisas foram publicadas sem indicação de natureza, no segundo esses casos chegam a 2.282 (Montalvão, 2015, p.49).

⁷ Dados correspondentes aos apresentados no portal eletrônico do IPHAN. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>. Acesso em 21 de junho de 2023.



No contexto nacional, segundo Lima e Barreto (2020), cuidar de acervos é “fascinante” e, ao mesmo tempo “desafiador”, essa dualidade pode ser observada através de uma miríade de situações, como os exemplos a seguir.

Em setembro de 2018, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) foi palco de um grande incêndio que atingiu o Paço de São Cristóvão. Este incêndio dizimou entre 75% e 78% do acervo, incluindo boa parte do material arqueológico nacional e internacional da instituição. A recuperação do acervo debaixo dos escombros contou com um amplo trabalho arqueológico. De acordo com Rodrigues-Carvalho (2022) Segundo o protocolo preliminar, o resgate do acervo fora realizado através de coleta manual e escavação sistemática em cada sala do térreo, que ficou dividido em unidades independentes, com a devida identificação. Conforme Fernandes (2019), após cada resgate, houve uma ampla operação que buscou ampliar, organizar e difundir o acervo digital do museu.

O processo de digitalização viabiliza a construção de réplicas fidedignas dos objetos museológicos para estudo, mediação cultural ou reposição de acervo perdido, tornando possível que as próximas gerações tenham acesso a ele. Outra funcionalidade relacionada às peças resgatadas é que se pode compará-las com as imagens obtidas antes do incêndio, analisando os danos que sofreram, para dar suporte ao processo de restauração. (Motta; Silva, 2019, p. 7-8).

O segundo caso trata-se dos ataques ocorridos às sedes dos Três Poderes, em Brasília, em janeiro de 2023. Afastando-se dos vieses políticos, os ataques causaram danos gravíssimos à arte, à cultura e a bens materiais inseridos na história nacional. Em virtude do trabalho de diversos restauradores e curadores, os acervos do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da sede do Supremo Tribunal Federal (STF) foram gradualmente restaurados e recolocados em exposição.

Por fim, o terceiro caso trata-se do incêndio no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB/UFMG). Um aparelho de ar-condicionado sofreu superaquecimento e iniciou um incêndio que atingiu toda a Reserva Técnica 1, onde estava abrigado o acervo que não estava em exposição, em especial as várias ossadas humanas oriundas de escavações. Assim como no caso do Museu Nacional, foram executados trabalhos arqueológicos para o resgate do acervo danificado.

Nos três casos citados, foi possível a recuperação de parte do acervo e a revitalização dos espaços no qual estavam inseridos. A recuperação deu-se através da



intervenção de restauradores ou dos próprios autores das obras. Para tal, foram utilizadas imagens e informações presentes em fichas de cadastros dos bens avariados. Essas fichas tornam-se o primeiro recurso para identificação e manutenção de um bem móvel em qualquer cenário, além de auxiliarem na avaliação do acervo após um sinistro. Nesse sentido, percebe-se a importância de atrelar uma base de informações sobre um acervo à política de gestão existente. Dessa forma, pode-se dizer que a catalogação de um acervo é fundamental para a eficácia de uma política de gestão em qualquer instituição de guarda.

Catalogação de acervos arqueológicos

Acervos arqueológicos são, por sua natureza, elementos sensíveis e requerem um gerenciamento adequado, que deve ser eficaz e pleno. No âmbito acadêmico, sobretudo no ambiente universitário, a gerência do acervo deve possibilitar a sua inserção no tripé “ensino, pesquisa e extensão”, elementos intrínsecos e obrigatórios a qualquer universidade, conforme o artigo 207 da Constituição Federal. Ao citarem De Blasis (1993), Afonso, Piedade e Morais (1999) apontam que qualquer sistema a ser implantado em um acervo deverá atender à utilização científica e ao uso museológico e pedagógico do acervo, além de comportar as atividades cotidianas de curadoria.

O gerenciamento também deve priorizar a conservação do acervo. Segundo a portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016, do IPHAN, são necessárias várias medidas para garantir a conservação e prolongação da vida útil do acervo. Dentre várias diretrizes, a portaria define às IGP aspectos relacionados à organização; à estruturação do edifício da instituição; aos sistemas auxiliares, isto é, mecanismos que auxiliam na operação da instituição; às reservas técnicas, ao laboratório, às exposições e às atividades desenvolvidas, ao acondicionamento e aos cuidados gerais com o material custodiado.

A referida portaria também dedica uma diretriz para gestão do acervo arqueológico. As regras apontam a necessidade de normas para recebimento e empréstimo de acervos, por parte das instituições (item I), a elaboração de um plano de evacuação em caso de sinistros, como incêndios e alagamentos (item II), a elaboração de protocolos para manuseio e movimentação do acervo, uso de reserva técnica, limpeza dos espaços e higienização dos acervos e registro de intervenções (item III), notificação de extravios e sinistros para o IPHAN (item IV), a manutenção do inventário e catalogação do acervo, além do uso de um sistema de identificação (item V), registro de destinação



definitiva a uma coleção (item VI), e por fim, a recomendação para a existência de um sistema de base de dados informatizado que possibilite o gerenciamento das informações sobre o acervo (item VII).

Diante o determinado pela portaria, torna-se imprescindível a existência de um sistema de catalogação e identificação do acervo arqueológico. Nesse sentido, é recomendado que os bens possuam uma ficha de identificação ou catalogação devidamente preenchida. Para Reis (2018), a ficha de catalogação de acervos é um instrumento indispensável para um sistema de gerenciamento de museus, uma vez que, a ficha possui como missão primária o registro de informações referentes a determinada peça.

Para garantir a uniformidade da identificação dos bens que compõe o acervo, o IPHAN recomenda o preenchimento da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, que consta como anexo II da portaria já citada. Wittman e Silva (2017) apontam que a ficha estabelece as especificações da cultura material já identificada na ficha de registro do sítio arqueológico.

O inventário é a principal ferramenta de gestão e proteção dos bens, visto que possibilita a identificação e o acompanhamento do seu estado de conservação, via escrita e imagem. O instrumento para a efetivação desse controle é a aplicação da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, que deverá ser utilizada para registrar os bens que compõe a coleção de cada sítio. (Brasil, 2016, anexo II).

A ficha é dividida em dois campos: procedência e localização atual e dados gerais. O primeiro campo engloba o sítio no qual o bem cadastrado foi encontrado, o número do processo, o endereço do sítio, a instituição responsável pela custódia do material e por fim o endereço desta instituição. Esse campo permite localizar onde está a peça e as informações do processo no sistema do IPHAN.

O segundo campo já possui um maior nível de detalhes comparado ao primeiro campo. Ele apresenta informações acerca dos dados do material catalogado.

Quadro 1 – Informações existentes na Ficha de Cadastro de Bem Móvel do IPHAN

Número de registro ou o número de proveniência (PN – <i>provenance number</i>) do bem.	
Denominação	Como o bem é habitualmente identificado. (Ex.: urna funerária, fragmento cerâmico, lasca etc.)
Descrição	Uma breve descrição a respeito da peça.
Categoria	Como bem é definido. (Ex.: artefato, ecofato, bioarqueológico etc.)
Subcategoria	A qual funcionalidade o objeto pertence. (Ex.: transporte, cerimonial, construção etc.)
Materiais	Composição ou classificação do objeto.



	(Ex.: plástico, malacológico, cerâmico etc.)
Cor	Coloração da peça catalogada
Técnica de produção	Processo no qual o objeto foi produzido (Ex.: roletado, ungulado, incisão etc.)
Integridade	Estado em que a peça se encontra (Ex.: íntegro, fragmentado ou reconstituído)
Estado de conservação	Condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção. Esse campo permite uma descrição.
Intervenções sofridas	Informação a respeito de quaisquer tratamentos realizados. Esse campo permite uma descrição.
Recomendações de conservação	Recomendações propostas pela gerência do acervo para a conservação de determinada peça.
Acondicionamento	Involúcro no qual o artefato está armazenado (Ex.: saco plástico, papel, plástico bolha etc.)
Armazenamento	Suporte onde o artefato está armazenado (Ex.: caixas de papelão, caixa poliondas etc.)
Inscrições e marcas de uso	Quaisquer inscrições ou marcas que estejam presentes no artefato.
Filiação cultural:	Tradição, fase ou cultura na qual objeto pertence. (Ex.: Manacapuru, Guarita, Paredão etc.)
Medidas	Peso, comprimento, altura e largura.
Fotografias	Registro imagético colorido do objeto, com escala.
Observações gerais	Quaisquer observações adicionais que não foram cobertas pelas categorias anteriores.

Wittman e Silva (2017) ainda indicam que a ficha apontada pelo IPHAN não define com exatidão as categorias e subcategorias do bem, todavia, insere opções que são mais voltadas para a interpretação do bem cultural. Os autores também demonstram que esse formato de ficha possibilita o registro de artefatos considerados históricos ou urbanos, visto que apresentam categorias, subcategorias e materiais que não refletem exclusivamente aos sítios rurais ou em florestas, como a tipologia plástico, faiança ou vidro e reflete como o licenciamento ambiental em áreas urbanas está cada vez mais presente no ramo arqueológico.

Além disso, essa ficha de cadastro atua como uma ferramenta de controle do saber arqueológico produzido no licenciamento ambiental, pois define o mínimo a ser descrito e analisado. Mínimo que geralmente também é o máximo que se faz nesses casos. Essa prática de identificação, registro e cadastro através do preenchimento de lacunas em fichas é nomeada por alguns arqueólogos como uma “arqueologia burocrática”. (Wittman; Silva, 2017, p. 40).

O preenchimento da ficha de bem móvel em conjunto com a ficha de identificação do sítio forma a primeira base para construção de um banco de dados em determinada instituição. Os dados das fichas podem ser utilizados para composição de informações e,



inclusive, para adequar o armazenamento do acervo, visto que já se terá conhecimento da tipologia do material, estado de conservação e outras informações relativas ao bem.

No processo de catalogação, o uso de um banco de dados virtual se apresenta como uma ferramenta útil para a fluidez do processo. Conforme Manovich (2015), bancos de dados apresentam um acesso fácil, rápido, remoto e em alguns casos compartilhando as informações sobre o acervo. A virtualização também permite uma frequência maior de atualização das informações e, ainda, prolongando a validade destas.

Na contramão desses desenvolvimentos, é preciso observar que a virtualização dos dados de um acervo também traz consigo duas situações que dificultam sua eficácia. A primeira delas é o armazenamento da informação, que depende de um servidor capaz de receber milhares de *bytes* em forma de imagens e palavras que se configuram em dados. Muitas instituições não dispõem de um servidor ou de “um espaço” no seu servidor para esse tipo de elemento, um exemplo é o próprio banco de dados do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, abordado a seguir. A segunda situação é a segurança da informação, é impensável que um banco de dados seja criado sem medidas de proteção. É necessário que se tenha um *firewall* adequado para evitar a perda de dados acerca do acervo ou o bloqueio do acesso, o que pode oferecer um risco para o desenvolvimento das pesquisas e da manutenção do acervo catalogado.

Diante deste cenário, é importante que se tenha, além do processo de virtualização, um registro mínimo de informações sobre um acervo, ou seja, um catálogo ou outra alternativa que possua informações essenciais para a identificação e manutenção de uma determinada peça ou de todo o acervo. Assim, é possível realizar uma consulta do acervo diante uma falha no sistema ou no fornecimento elétrico, por exemplo. Em uma situação em que a perda do banco de dados seja irreversível, a existência de um suporte físico de informações permitirá a reconstituição parcial das informações e abrirá caminho para a restauração de outras informações no banco perdido.

O Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico

O Laboratório de Arqueologia é subordinado à Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas. O Laboratório foi fundado em 1989 e somente dez anos depois de sua fundação conseguiu sua primeira sala. A partir de 2002 começou a operar em prédio próprio no *campus* da Universidade.



Embora essa criação não tenha sido homologada, devido à inexistência de servidor arqueólogo na Instituição. A efetividade da Divisão veio a se constituir de forma sistemática e contínua somente a partir de 1997. Foi nesse ano que a Divisão passou a desenvolver pesquisas arqueológicas, inicialmente no território municipal, que deram origem a itens de acervo captados no meio urbano da cidade (Freitas, 2021, p. 73).

Desde então, o Laboratório vem constituindo convênios com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o acondicionamento de material arqueológico oriundo de pesquisas acadêmicas, resgates e licenciamento ambiental.

Durante as obras do gasoduto Coari-Manaus foram encontrados diversos sítios arqueológicos. A partir de 2005, a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), responsável pelo empreendimento, firmou uma parceria com o IPHAN e a Fundação Universitária do Amazonas, mantenedora da Universidade, para viabilizar o seu o Programa de Resgate e Salvamento do Patrimônio Arqueológico. Em 2013, iniciaram as obras para as novas instalações do Laboratório, que provisoriamente ocupava um espaço pertencente ao Departamento de Materiais da UFAM (DEMAT). Em outubro de 2014, o prédio foi entregue e, por conseguinte, a transferência do material resultante das obras do gasoduto, além do acervo já existente. O edifício do Laboratório possui duas reservas técnicas (157,97m² e 30,09m²), uma sala de recebimento, três laboratórios, uma sala de exposição e uma biblioteca, além de uma sala de aula.

Segundo Pozzetti, Silva e Freitas (2022), o Laboratório é voltado para o recebimento e salvaguarda de artefatos arqueológicos, possibilitando a pesquisa, o ensino, a preservação do patrimônio e ampliando o conhecimento acerca da cultura da região.

Conforme o Plano Museológico do Museu Amazônico (2021), entre 2012 e 2018 o Laboratório possui 25 coleções, sendo elas: 5 coleções acadêmicas, 17 coleções de contrato, 1 coleção de resgate emergencial; 1 coleção didática e 1 coleção convênio, advinda de tratativa entre o IPHAN e Museu Amazônico., subdividas em mais de 60 sítios espalhados por 12 municípios do Amazonas. Estas coleções apresentam os mais variados vestígios da Amazônia pré-colonial, entre os artefatos destacam-se urnas funerárias, machados líticos, tembetás, fusos e apliques; entre os ecofatos destacam-se sementes, lascas de carvão, rochas e amostras de solo; há também material bioarqueológico, com a presença de fragmentos ósseos humanos e faunísticos, além de vestígios arqueológicos mais recentes, como fragmentos de faiança e pedaços de tecido.

Por conta da inexistência do curso de Bacharelado em Arqueologia na UFAM, o Laboratório recebe alunos de outros cursos em suas dependências, como o curso de História. Entretanto, o Laboratório disponibiliza seu espaço para alunos do curso de



Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que possuem prática em laboratório em sua grade, desenvolverem suas atividades. O Laboratório também recebe alunos de diversas escolas da capital e do interior, além de estar aberto para o público em geral.

Inserção de informações no banco de dados do laboratório

O banco de dados do Laboratório de Arqueologia é resultado de uma parceria do Museu Amazônico com o Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), o qual hospeda o sítio do banco de dados na rede⁸.

O modelo utilizado para o banco de dados baseia-se em um modelo destinado para bibliotecas, contudo para o recebimento das informações referentes ao material arqueológico foram realizadas as devidas modificações. O banco de dados possui uma interface simples e que permite a navegação por todo as coleções. Cada coleção é subdividida em sítios, que por sua vez são subdivididos em caixas, que podem ser exploradas individualmente.

A numeração de cada caixa inicia uma série contínua a partir do número 001 e segue em diante. Cada sítio apresenta determinada quantidade de caixas e ao chegar na última, segue-se para um próximo sítio. Por exemplo, o sítio Pontão inicia-se na caixa 639 e segue até a caixa 658, por sua vez, o sítio Lauro Sodré segue a partir da caixa 659 em diante até sua última caixa, seguida por sua vez pela caixa de outro sítio e assim sucessivamente.

Na aba de cada caixa, é possível encontrar as informações similares às da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, do IPHAN. Também é possível visualizar imagens de alguns componentes de cada caixa. Com o objetivo de universalizar a pesquisa sobre o acervo, todas as informações contidas nele estão em domínio público e podem ser acessadas livremente.

A inserção de informações referentes ao material arqueológico presente no Laboratório foi realizada a partir do trabalho de alunos do curso de Licenciatura em História inscritos em projetos de iniciação científica com a temática arqueológica sob a supervisão do arqueólogo titular do Laboratório, Dr. Bruno Pastre Máximo.

⁸ O banco de dados do Laboratório está hospedado no link <https://arqamazon.ict.ufvjm.edu.br/jspui/>.



Posteriormente, parte dos alunos foram substituídos por discentes do curso de Ciências Sociais e a supervisão das atividades passou para a arqueóloga Angela Lima.

A inserção das informações foi precedida por uma análise visual de cada caixa inserida. Após a leitura de textos e artigos acerca da arqueologia amazônica, o conhecimento adquirido permitiu uma análise básica de cada caixa. O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte foi a contagem de cada saco com material em conjunto com a verificação da integridade do saco, que eventualmente eram substituídos por novos sacos, e a legibilidade das informações. A segunda parte era a identificação das informações básicas de cada amostra, conforme orientação do arqueólogo do Laboratório, procurou-se verificar seis dados: sítio, menores e maiores números de proveniência (PN), data da coleta, nível e tipologia do material; após a identificação de cada informação, estas eram transferidas para um caderno para posterior inserção no banco de dados pelos supervisores, após algum tempo pelos próprios alunos. A terceira e última parte era fotografar o material, a orientação dada por Máximo foi a de fotografar algumas amostras de cada tipologia presente na caixa, todavia houve casos de fotografar amostras que chamassem atenção por sua riqueza de detalhes, nível de conservação regular, itens com potencial de exposição e, de maneira abstrata, itens que chamassem a atenção independente de sua natureza. O registro imagético permitiu a divulgação do acervo do Laboratório entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, ainda que em pequena escala.

É válido ressaltar, que em alguns casos ocorreu a higienização do material por parte dos alunos, com a constante supervisão dos arqueólogos do laboratório. As intervenções variaram de higienização com água, higienização a seco até peneiração. As peças higienizadas foram acondicionadas na mesma caixa que estavam, contudo em sacos diferentes das não higienizadas e seguindo todos os protocolos de higienização. Após a verificação de cada caixa, cada uma foi devolvida para a reserva técnica e receberam uma etiqueta com as principais informações acerca do seu conteúdo.

Resultados obtidos

O trabalho realizado através desse projeto deu continuidade ao trabalho iniciado pelo arqueólogo Bruno Máximo e que se seguiu pelo trabalho da turma de graduandos em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, vindos de São Gabriel da



Cachoeira. O trabalho se iniciou em novembro de 2022, com a caixa 613 (Sítio Pontão) e se encerrou em janeiro de 2024, com a caixa 759 (Ilha do Cemitério).

Ao todo foram catalogadas 146 caixas com material arqueológico que já estavam no Laboratório, uma caixa proveniente do Sítio Castanhal Manaus e uma caixa oriunda de Silves, com uma urna funerária, que chegaram durante o decorrer dos trabalhos. Durante o processo não foram poucos os casos de sacos sem identificação ou sem número de proveniência, além de ocorrências de sacos de sítios diferentes em uma mesma caixa. Um caso chamou a atenção, que foi de uma caixa (727) sem identificação e sem registro de origem, a mesma possuía material paleológico, que incluía conchas fossilizadas, dentes de animais não identificados, fragmentos de madeira fossilizada e fusaiolas de pedra polida, e não foi possível realizar a catalogação completa da caixa aos moldes das demais.

Ocorrências como esta permitiram entender a existência do próprio acervo e sua natureza heterogênea. As dinâmicas da catalogação possibilitaram encontrar erros, propor soluções e, por fim, solucioná-los. Ao passo que as caixas foram catalogadas e inseridas no sistema, foi possível criar etiquetas com a identificação e o conteúdo de cada caixa na própria reserva técnica.

É importante ressaltar que este trabalho também permitiu identificar inconsistências no trabalho da catalogação anterior, como caixas duplicadas, não catalogadas ou parcialmente catalogadas. Em suma, tal tarefa também permitiu dimensionar a quantidade de material presente no acervo, que necessita de uma análise mais aprofundada e que permita com que o Laboratório cumpra com eficácia sua missão no tripé ensino-pesquisa-extensão. Com a inserção desses dados na rede, é possível que o banco de dados do Laboratório torne-se uma ferramenta eficaz para o trabalho de pesquisadores e estudantes não somente da Arqueologia, mas como da História, Geografia e das Ciências do Ambiente.

Até o término dos trabalhos, foi possível identificar um total de 78 sítios arqueológicos, distribuídos em onze coleções de diferentes origens (licenciamento, pesquisa, resgate etc.).

Tabela 1 – Coleções registradas no banco de dados do Laboratório

#	Coleção	Quantidade de sítios
1	Projeto Amazônia Central (PAC)	37
2	Projeto Baixo Amazonas (PBA)	04
3	Projeto Baixo Urubu (PBU)	14
4	Projeto Gasoduto Coari-Manaus (Projeto GASCOMA)	09
5	Projeto Levantamento Arqueológico de Manaus (Projeto LAMA)	01
6	Projeto PIATAM	01
7	Projeto Rio Negro	01



8	Projeto Zona Leste	02
9	Coleções independentes*	04
10	Doações	03
11	Licenciamento ambiental	05

* - Os sítios desta coleção não estão registrados sob um projeto de pesquisa ou de licenciamento ambiental devido à falta de informações.

Tabela 2 – Relação de sítios e caixas presentes no Laboratório*

#	Sítio	Quantidade de caixas
1	Hatahara	256
2	Laguinho	96
3	Paricatuba	66
4	Lago do Limão	42
5	Pilão	30
6	Antônio Galo	27
7	Floresta	24
8	Pontão	24
9	Maria de Jesus	18
10	Bom Socorro	16
11	Lajes	14
12	Gravetão	13
13	Dona Stella	12
14	Caldeirão	11
15	Nova Esperança	11
16	Jacuruxi	10
17	Jauary	9
18	Lauro Sodré	9
19	Areal do Itapuranga IV	8
20	Lago do Iranduba	8
21	Vila Nova	8
22	Açutuba	7
23	Comunidade 11 de Maio	7
24	Santa Rita	6
25	Pedra Chata	6
26	Santa Helena (Silves)	5
27	Japiim	4
28	Lago das Pombas	4
29	Caretas	3
30	Nova Cidade	3
31	Boa Esperança	2
32	Manaus	2
33	Nossa Senhora do Livramento	2
34	Santa Maria	2
35	Areial do Seu Louro	1
36	Castanhal Manaus	1
37	Cinco Irmãos	1
38	Comunidade Nossa Senhora Aparecida	1
39	Constantino Nery I	1
40	Igarapé da Bolívia I	1
41	Igarapé da Bolívia II	1
42	Ilha do Cemitério	1
43	Lago de Manacapuru	1
44	Lago Grande	1
45	Rio Cuieiras	1
46	Santa Cruz	1
47	Sete Irmãos do Anebá	1
48	Tatu	1
49	T. P. I. Madrubá	1



50	Tauaquera	1
51	Tony Medeiros	1
52	Vila Nova II	1
53	Sítio desconhecido	1
54	Múltiplos sítios	6
	- Caixa 232 - Santa Rita, Santa Luzia, Canarana e Parintinzinho	
	- Caixa 244 PAC - Marina Rio Belo I; Marina Rio Belo II; Praia da Lua	
	- Caixa 253 PAC – Seu Lélio, Costa da Goiabeira, São Francisco, Barro Branco, Costa do Gabriel (Nossa Senhora de Nazaré), Sr. Loro, São Pedro da Vila Lira, São Pedro do Savana;	
	- Caixa 254 PAC – Costa da Goiabeira, Boa Vista – Sr. Maurício, Caetano, Fazenda Santa Maria, Samaúma, Tarumanzinho;	
	- Caixa 255 PAC – Seu Lélio, Mangueira (Tucuxi), Santa Helena (Iranduba), Santa Tauana;	
	- Caixa 256 PAC – Seu Lélio, São Francisco, Caetano – Marrecão, Casa Velha, CLR16, Ena, Ponta da Usina	
Total		790

*- Essa tabela corresponde aos trabalhos realizados até o dia 31 de janeiro de 2024.

O trabalho realizado no acervo poderia ter se prolongado por mais tempo se não fosse pela suspensão das atividades no Laboratório após decisão da direção do Museu. Em virtude disto, ainda ficaram pendentes a catalogação de caixas que continham peças de múltiplos sítios, como o caso de sacos que continham um único fragmento de determinado sítio ou sítios com poucas amostras, estas caixas não estão presentes no quadro anterior. Também ficou incompleta a inserção no banco de dados de amostras que não estavam alocadas nas coleções em que ocorreu o trabalho, como as caixas do Projeto COMIDA, a alocação de sítios que não estavam em nenhuma coleção devido à falta de informações e um balanço definitivo do conteúdo da reserva técnica. Essa suspensão acabou por deixar o trabalho incompleto.

Considerações finais

Considerando a amplitude do acervo do Laboratório, o banco de dados contendo informações de todas as caixas permitirá efetuar todos os trabalhos inerentes ao Laboratório presentes no Plano Museológico do Museu Amazônico, em especial os que buscam integrar as informações visando o acesso de pesquisadores e os que buscam padronizar o processo de acondicionamento das peças.

Ainda nesse sentido, o trabalho efetuado também poderá servir como base para criar a Síntese das Coleções Acondicionadas na Reserva Técnica da Divisão de Arqueologia, presente no plano do Museu e que se encontra em branco devido à



momentânea inconclusão dos trabalhos no Laboratório. Os novos dados acerca do acervo lançarão bases para um novo trabalho sobre sua natureza e composição com o intuito de adequá-lo as normativas do IPHAN, além de figurarem como um importante instrumento que auxilie na linha de frente da segurança do acervo.

Por fim, é correto dizer que o trabalho na expansão do repositório, ainda que seja simples, auxiliou na construção de uma ampla base de fontes materiais para o estudo da Amazônia arqueológica, dessa forma ajudando difundir a cultura e a história dessa região através da Arqueologia. Diante dessa perspectiva espera-se que a difusão do Laboratório a partir da virtualização das informações do seu acervo possa captar mais pesquisas e estudos sobre o material acondicionado. Ainda nesse sentido, também é esperado que a divulgação sobre o Laboratório também possa atrair a atenção daqueles que fazem parte da comunidade acadêmica da Região Amazônica e do grande público, que em sua maioria desconhece sobre o passado milenar desta região.

Referências bibliográficas

AFONSO, Marisa Coutinho; PIEDADE, Silvia Cristina; MORAIS, José Luiz de. Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 9, p. 223-238, 1999.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. **Diário Oficial da União**: Brasília, ed. 97, seção 1, p. 84, 23 mai. 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira et al. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 19-42, set./dez. 2020.

COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. “Joga fora no lixo”? Reflexões sobre o descarte do espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 189-205, set./dez. 2020.

FERNANDES, Ana Carolina. Dentro das ruínas do Museu Nacional. **Revista Pesquisa FAPESP** [online]. Edição 277, 2019. Disponível em:



<http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/14/dentro-das-ruinas-do-museu-nacional/>
Acesso em: 21 jun. 2023.

FREITAS, Karem Teles. **Gestão sustentável como instrumento de valorização do patrimônio arqueológico salvaguardado pelo Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas - UFAM**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana. Uma nova política para um novo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 43-62, set./dez. 2020.

LIMA, Marjorie do Nascimento. **O rio Unini na arqueologia do Baixo Rio Negro, Amazonas. Volume 1**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. Tradução: Camila Vieira. **Revista Eco Pós: Rio de Janeiro**, v. 18, n. 1, p. 7-26, 2015.

MORAES, Cláide de Paula. O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 83, p. 25-43, 2018.

MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos; SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. A adoção de tecnologias digitais na reconstrução do patrimônio: relato da experiência do Museu Nacional, Brasil. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2020.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PAULA, Bernardo Duque de; SALADINO, Alejandra; SOARES, André Luís Ramos. Aquisição e descarte de bens arqueológicos. a experiência de elaboração de uma política de acervos para o LASCA/UFMS. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 171-188, set./dez. 2020.

POZZETTI, Valmir César; SILVA, Carlos Augusto; FREITAS, Karem Teles. O papel do Museu Amazônico, como instituição de guarda de material arqueológico, no âmbito das políticas públicas ambientais. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 69, p. 132-156, 2022.

REIS, Mateus da Silva. **Museu e informação: uma proposta de avaliação da ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES-CARVALHO, Claudia *et al.* (orgs.). **Depois das cinzas: conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Museu Amazônico. **Plano museológico do Museu Amazônico**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2022.

Disponível em: <<https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/plano-museologico.html>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

WITTMAN, Marcus Antonio Schifino; SILVA, Sérgio Baptista da. Relatórios técnicos de arqueologia no licenciamento ambiental: a materialização do patrimônio como ferramenta estatal. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2017.

